

EDUCAÇÃO SUPERIOR E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: TRABALHO E EMPREGO NA PERCEPÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS GAÚCHOS

Cleide Fátima Moretto^{*}

Resumo – Com base na demanda crescente de matrículas no ensino superior e dos novos sentidos do trabalho, emprego e informalidade na economia atual, o artigo apresenta as principais evidências teórico-empíricas sobre como o universitário que ingressa no ensino superior percebe ou apreende os novos cenários econômicos e o mercado de trabalho. Além de discutir os principais condicionantes teóricos do processo de ingresso no ensino superior, a partir dos pressupostos da economia psicológica e sua relação com o mercado de trabalho, este estudo apresenta os resultados obtidos por meio de uma pesquisa de campo mais ampla, abrangendo 2.269 calouros do ensino superior do Rio Grande do Sul. Identifica que a percepção dos universitários pesquisados está intimamente associada às formas e opções tradicionais do mercado de trabalho, centradas no trabalho formal assalariado.

Palavras-chave – Mercado de trabalho. Ensino superior no Rio Grande do Sul.

Abstract – Taking into account the increasing demand of superior education and the new meanings of work, job and informality in the present economy, this paper presents the main theoretical and empirical evidences on how the undergrad students in the beginning of their superior education perceive the economic scenery and the labor market. Besides discussing the main theoretical factors in the admission process of the superior education, and starting from a presupposition of the psychological economy and its relationship with the labor market, this study shows the results obtained by means of a broader field research, including 2269 freshmen of the superior education in Rio Grande do Sul state. It also identifies that the perception of the investigated university students is closely associated to the traditional options and forms of the market, focused on the formal and salaried work.

Key words – Labor market. Superior education of Rio Grande do Sul State.

JEL Classification – A2 – Economics Education and Teaching of Economics; I21 – Analysis of Education.

^{*} Professora Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (GIEST/UPF). Doutora pela Universidade de São Paulo. E-mail: moretto@upf.br

1 Introdução

A cada semestre letivo, milhares de brasileiros prestam concurso vestibular para ingressar num curso de graduação e uma fração desse contingente ingressa no sistema de ensino superior público e privado. A demanda pelo ensino superior tem aumentado a taxas crescentes no país (Brasil, 2004), confirmando a importância atribuída a essa modalidade educacional seja para garantir o ingresso no mercado de trabalho, seja para obter maiores rendimentos futuros.

Revisando a literatura relativa à economia da educação, percebemos que o referencial teórico mais utilizado para analisar esse processo de escolha é a teoria do capital humano, associada normalmente a Gary Becker, ainda que Jacob Mincer e Theodore Schultz não sejam menos importantes.² Em linhas gerais, e sempre com mais ênfase no ensino superior, as pessoas investem em si esperando um retorno no futuro. Centenas de estudos comprovam a relação positiva entre anos de escolarização e rendimentos por meio da (re)conhecida *earnings function* de Jacob Mincer (Moretto, 2003).

Uma revisão superficial dessa literatura deixa a impressão de que o ensino formal (a educação) é *o meio*, Gary Becker é *o autor* e, a partir de uma escolha racional, o retorno positivo é *o resultado* quando se faz referência à teoria do capital humano. Todavia, quando aprofundamos os trabalhos de Schultz (1973) e Becker (1983), identificamos uma miríade de elementos que não costumam ser amplamente discutidos ou tocados pelos pesquisadores no tema. O ensino superior, no âmbito da teoria do capital humano, ganha tratamento específico e o risco e a incerteza relevância no horizonte de planejamento. Escolher ou decidir o curso de graduação pode, inclusive, ser visto como uma questão de *sorte*, termo utilizado por Schultz. Além disso, há que se considerar que os resultados empíricos que corroboram para o retorno positivo aos anos de escolarização formalizados pela equação mince-riana não podem ser atribuídos à teoria do capital humano enquanto *processo de decisão*: os resultados *ex post* retratam, unicamente, resultados desvinculados da relação com a escolha inicial (Moretto, 2003).

Foi esse conjunto de constatações que nos levou a aprofundar o processo de escolha no ensino superior, para além do referencial teórico do capital humano (Becker, 1976, 1983, 1996). Buscamos novos subsídios nos referenciais da economia psicológica, que tem como precursor Katona (1976) e que

² McNulty (1980 apud Moretto, 2003) aprofunda as origens da teoria do capital humano destacando o pioneirismo do trabalho de Jacob Mincer, de 1958, que focalizou a questão da desigualdade da renda pessoal por meio de um modelo no qual diferenciais de ganhos inter e intra-ocupacionais seriam explicados com base no investimento em capital humano. Em seguida o autor resgata o trabalho de Theodore Schultz, que, em 1960, teria dado maior proeminência às contribuições do fator humano na produção e nos processos de crescimento e de desenvolvimento econômico e no retorno do investimento em educação. McNulty atribui a Gary Becker a elaboração de um tratamento formal mais rigoroso para a questão dos retornos à escolarização, anos mais tarde.

foram aprofundados por MacFadyen e MacFadyen (1986), Van Raaij (1986) e Maital e Maital (1993). Nesse sentido, considerando a capacidade limitada de investigação, dentre as diferentes concepções de racionalidade alternativas ao paradigma neoclássico,³ privilegiamos a abordagem de racionalidade sistêmica por ser mais uma interpretação do comportamento e não uma previsão do mesmo. E, no âmbito da abordagem sistêmica, focalizamos a abordagem da racionalidade posterior, ou seja, em lugar de analisarmos uma determinada situação *à priori*, tratamos da interpretação da ação depois de ela ter ocorrido.

Procuramos apreender, nessa linha, os processos de tomada de decisão no ensino superior como uma forma de busca de informação e sua interação com a motivação e o comportamento econômico individuais, as instituições sociais e o comportamento social agregado. Enquanto análise *ex post* da tomada de decisão, procuramos identificar as percepções e avaliações presentes dos universitários que ingressaram recentemente no ensino superior, considerando as suas experiências passadas e suas atitudes em relação ao futuro, tendo com base o fluxo de informação disponível.

O presente estudo dá continuidade a um projeto maior que busca aprofundar o sentido da racionalidade econômica envolvido na trajetória de escolhas dos indivíduos em relação ao ensino superior, iniciado em outra região. Nosso objetivo é levantar evidências para a elaboração de uma estrutura de análise de forma a mapear os condicionantes diretos e indiretos que interferem na escolha do curso superior dos universitários matriculados no primeiro ano de diferentes cursos de graduação.

No presente estudo, especificamente, buscamos identificar como o universitário que ingressa no ensino superior percebe ou apreende os novos cenários econômicos e do mercado de trabalho. O cenário socioeconômico atual é muito diferente daquele da sociedade industrial e salarial em que se baseou a teoria do capital humano. Novos valores e relações produtivas e de trabalho estão presentes no contexto da atual *sociedade pós-industrial, economia dos serviços e informacional*, como vem sendo chamada. Para acompanhar as profundas alterações na estrutura ocupacional e dos novos sentidos do trabalho observados nas últimas décadas e discutidos pela literatura,⁴ devemos considerar a diferença entre trabalho e emprego, além do processo crescente de informalidade, não como sinônimo de ilegalidade das funções mas evidenciado nas inúmeras organizações de pequena escala e nas formas de auto-emprego.

³ Uma revisão detalhada dos modelos e idéias alternativas ao modelo da racionalidade neoclássica, também conhecida como racionalidade instrumental, pode ser vista em March (1993 apud Moretto, 2003, p. 75).

⁴ Esses movimentos em torno do trabalho podem ser aprofundados por meio do estudo de autores da área da economia e da sociologia do trabalho como Antunes, Mattoso, Nun, Baltar, Dedecca, Cacciamali, dentre outros, referenciados em Moretto (2001).

Apresentamos duas hipóteses norteadoras para a análise dos dados primários: (i) ainda que o ingresso no ensino superior faça parte de um contexto muito mais amplo do que aquele do mercado de trabalho, tais como o do *locus* por excelência da produção de conhecimento ou, em nível individual, da realização pessoal, a possibilidade de ingresso ou ascensão no mercado de trabalho e financeira constituem-se no motivo principal da escolha no imaginário dos universitários pesquisados; (ii) considerando que o ensino superior esteja sendo visto como um instrumento imprescindível para o ingresso no mercado de trabalho, as escolhas ainda estão baseadas no mercado de trabalho tradicional, formal e assalariado.

Considerando a possibilidade e a viabilidade de implementação do projeto, nossa amostragem é não-probabilística, o que impede a sua generalização. Nossa amostra é composta de 2.269 universitários ingressantes em diferentes cursos de graduação, em nove universidades do Rio Grande do Sul, que estavam cursando o primeiro ano de seus cursos em 2002. Os dados obtidos concretizam uma base imprescindível para a continuidade das análises e possibilitam apontar outros caminhos teórico-práticos de investigação. Nosso intuito, por meio do presente texto, é apresentar algumas evidências obtidas pela aplicação de questionários, portanto declarações, do (in)certo processo de escolha no ensino superior e sua relação com o trabalho, o emprego e a informalidade.

2 Os condicionantes teórico-práticos da escolha no ensino superior

A teoria do capital humano, apresentada por Gary Becker, fundamenta-se nos pressupostos básicos da microeconomia neoclássica, quais sejam, o modelo de maximização da utilidade individual e o paradigma da escolha racional. Portanto, o *investidor em capital humano* age como *homem econômico racional*, que maximiza sua utilidade individual em termos da aquisição de educação.

Podemos deduzir, então, que o indivíduo racional que investe em educação é capaz de prever todos os possíveis *estados de mundo* associados à aplicação dos conhecimentos adquiridos, a partir do(s) curso(s) que escolheu como preferido(s) entre o conjunto de meios de formação ou instrução possíveis. Isso porque esse indivíduo teria a sua disposição informações sobre o mercado de trabalho e a sinalização de que um maior nível de escolarização corresponde a um maior nível de rendimento. Que mercado de trabalho era esse? Para fazer frente à instrumentalidade desse cálculo infere-se que o mercado de trabalho formal, a sociedade industrial assalariada era a base do horizonte de planejamento do indivíduo que escolhia.

Imaginemos o quanto se torna complexo, ou até inviabiliza esse cálculo, a inclusão da diversidade de possibilidades em termos do trabalho, do emprego e da informalidade no paradigma do capital humano. Isso seria im-

prescindível para fazer frente às pressuposições do *homem econômico racional* norteador do modelo. Em lugar da certeza do emprego assalariado no setor industrial, há que se apreender o novo sentido do trabalho, formal e informal, caracterizado também pelo trabalho autônomo ou em organizações de pequena escala (Moretto, 2001).

Ainda que tenhamos presente que nem toda escolha profissional requer a conclusão de um curso superior, assumimos que os estudantes escolhem um curso superior pensando na possível atuação profissional que o mesmo lhes possibilita. De outra parte, quando buscamos identificar os condicionantes dessa escolha, nas palavras de Lewis et al. (1995, p. 6), “é mais provável que a mente econômica seja dirigida por uma mistura de motivos, o *homo economicus* e o *homo psychologicus* entrelaçados: podemos ser egoístas e generosos, normais e aspirantes, calculistas e impetuosos, ignorantes e esclarecidos”. Os autores comentam, nesse sentido, que cada indivíduo carrega sua própria bagagem, sua socialização, e pode escolher tanto algo que ele percebe e deseja quanto algo que não quer ver, daí o limite cognitivo inerente ao processo de escolha. Nesses termos, Simon rejeita a hipótese da maximização global (nos moldes de Milton Friedman) e sustenta a noção de *racionalidade limitada*, ou seja, os agentes podem tomar uma decisão racional com base em um conjunto restrito de possibilidades. A racionalidade é *limitada* pela existência de muita informação para ser computada ou avaliada. Do mesmo modo, Simon não se refere à quantidade de informação disponível, mas à capacidade limitada da mente humana de tratar com todos os dados acessíveis (Moretto, 2003).

No que diz respeito ao momento em que ocorre a tomada de decisão, observamos que a maior parte dos estudantes escolhe o curso de graduação que deseja cursar ainda na adolescência, mais especificamente, na segunda fase da adolescência,⁵ fase em que ele está formando a sua identidade (Lehman, 1999). A fase adulta, de outra parte, conforme argumenta Soares (2002), associa-se a fase em que se encontra uma identidade por meio de uma profissão e de um relacionamento afetivo ou da formação de uma família.

Na visão de Katona (1976), enquanto gastos em consumo *per capita* são relevantes para determinadas estatísticas, a tomada de decisão é usualmente uma questão familiar, com adultos decidindo as formas de aquisição de habilidades. Nas palavras do autor, “as decisões sobre que tipos de habilidades, treinamento e informação a adquirir determinam a extensão na qual os indivíduos participarão na sociedade e o seu crescimento econômico” (Katona, 1976, p. 39, tradução nossa). Checchi (1999), nessa direção, comenta que, embora trate, em seu modelo, da escolha individual na aquisição de

⁵ Conforme ressalta Soares (2002), a Organização Mundial da Saúde define a adolescência como o período compreendido entre os dez e os vinte anos de idade, o qual pode ser subdividido numa primeira fase, que vai dos dez aos dezesseis anos, e numa segunda fase, que vai dos dezesseis até os vinte anos de idade.

instrução, essa escolha resulta de uma combinação entre projetos e aspirações familiares, recursos financeiros disponíveis e expectativas formadas em relação à potencialidade do indivíduo.

A escolha profissional, de outra parte, envolve importante dimensão temporal, que deve ser integrada e percebida pelo jovem: “escolher o que se quer ser no futuro implica reconhecer o que somos, as influências sofridas na infância, os fatos mais marcantes em nossa vida até o momento e a definição de um estilo de vida, pois o trabalho escolhido vai possibilitar ou não realizar essas expectativas” (Soares, 2002, p. 24). Em termos de atuação profissional, como argumenta Bianchetti, “antes, a postura radical era de que uma pessoa tinha vocação para uma determinada profissão ou estado de vida. Hoje, a *tendência predominante é a de que todas as pessoas têm vocação para o trabalho*, com inclinações mais abrangentes para um determinado grupo de profissões de um mesmo setor econômico-produtivo” (1996, p. 75).

2.1 *As evidências das escolhas universitárias em nível mundial e brasileiro*

A complexidade do processo de escolha do curso de graduação a seguir, não é um processo exclusivo de nossos estudantes. Inicialmente, identificamos o estudo de Berger (1988), que utiliza dados da *National Longitudinal Survey of Young Men*, dos Estados Unidos, para examinar a relação entre os ganhos futuros previstos para cinco áreas amplas de estudo (*Business*, Artes livres, Engenharia, Ciências e Educação) e as escolhas dos estudantes do *college major*, uma espécie de ciclo básico no ensino superior brasileiro. Os resultados obtidos pelo autor indicam que, mantendo o *background* familiar constante, os indivíduos preferem escolher *majors* que oferecem maiores fluxos de rendimentos futuros ao invés daqueles com rendimentos iniciais maiores no momento da escolha. Segundo Berger, tal resultado reforça a visão de que os indivíduos consideram o fluxo de rendimentos futuros quando fazem investimentos em educação e muda a noção de que os indivíduos escolhem um campo de estudos de maneira míope.

Montmarquette et al. (2002), por sua vez, investigaram os determinantes da escolha do *college major* no Canadá, no final dos anos 1980, computando uma variável particular de rendimentos esperados para explicar a probabilidade na qual o estudante escolherá uma especialização específica entre quatro áreas de concentração. Os autores concluem que a variável *ganhos esperados* é essencial na escolha de um *college major*, ainda que existam diferenças importantes no impacto observado por gênero e por raça.

Tomando-se como exemplo o caso da escolha do ensino superior japonês, conforme estudo de Ono (2000), observamos um processo de seleção acirrado anterior à frequência do *college*. No nono nível, que marca o último ano da escola média no Japão, o estudante deve decidir se avança nas *high*

schools gerais, que conduzem ao ensino superior, ou nas *high schools* vocacionais, que conduzem ao emprego. Segundo Ono (2000), para a maior parte dos estudantes japoneses, as *high schools* vocacionais são escolhas de segunda opção, e a tendência observada nos últimos anos é de uma queda não só no *status*, mas, também, na qualidade dos seus estudantes, o que pode ser explicado pelo fato de que essas escolas têm atraído uma parcela significativa de estudantes provenientes de famílias de baixa renda. De outra parte, ao estabelecer um comparativo com o sistema americano, Ono argumenta que a competição no sistema japonês ocorre entre as escolas, ao passo que, nos Estados Unidos, ocorre dentro das escolas. Outro fato apontado pelo autor é que no Japão há uma tentativa de minimizar as expectativas irrealistas entre os estudantes, ao passo que nos Estados Unidos elas são desconhecidas até os últimos anos da *high school*.

Considerando especificamente as expectativas dos estudantes em relação ao mercado de trabalho, o estudo de Gendron (2000) investiga até que ponto, no padrão da teoria do capital humano, uma incerteza crescente sobre os rendimentos futuros e sobre o panorama e as perspectivas do emprego levam a uma redução tanto no treinamento quanto na demanda por educação, pois os retornos ao investimento cairiam nesse contexto. Segundo o autor, tal evidência não estaria ocorrendo na França: a alta taxa de desemprego observada nos anos 1990, ao invés de desencorajar os estudantes a prosseguir seus estudos, tem levado, sim, a uma crescente demanda por educação especializada, do ensino pós-secundário profissionalizante (como o *University Diploma of Technology* – DUT e o *Advanced Technician's Certificate* – BTS) ao ensino superior.

Rochat e Demeulemeester (2001), de outra parte, enfatizam que as virtudes do *laissez-faire* na esfera das escolhas educacionais, nos dias atuais, parecem ser dúbias se olharmos para as aparentemente irracionais preferências dos estudantes por áreas de baixa demanda no mercado de trabalho. Para eles, as ineficiências que podemos observar tanto no mercado educacional quanto no de trabalho podem não estar associadas, necessariamente, à irracionalidade dos estudantes. Isso porque, ainda que os estudantes mantivessem um grau considerável de informação sobre o mercado de trabalho, a extensão de sua influência na estruturação das preferências dos estudantes ainda é uma questão que permanece em aberto, pois os estudantes podem utilizar incorretamente esse fluxo de informações.

No Brasil, poucos são os estudos que tratam dos processos de decisão no ensino superior, os quais se concentram nas áreas da psicologia, da educação ou da sociologia, conforme já indicamos na primeira seção. Incluímos aqui o estudo pioneiro de Pastore e Peroza (1971),⁶ intitulado “O estudante

⁶ Pesquisa integrando uma série de estudos patrocinados pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo sobre o ensino superior no estado, que deu seqüência

universitário em São Paulo”, que se baseou numa investigação de todas as escolas superiores do estado de São Paulo que, no final de 1969, tinham estudantes cursando a terceira série em diversos graduações. O objetivo do trabalho era caracterizar as aspirações e as percepções quanto à carreira universitária dos estudantes por meio de um vasto número de variáveis socioeconômicas. A pesquisa relata os resultados de uma amostra de 7.127 alunos presentes⁷ na terceira série, ou terceiro ano letivo, dos diversos cursos de graduação de todo o Estado. Os autores concluem, dentre as diferentes observações relativas à aspiração e à percepção de carreira dos estudantes pesquisados, que a maioria: (i) declarou ter optado pelo curso por vocação (68% dos alunos entrevistados); (ii) declarou-se satisfeita com a profissão que escolheu (80% dos alunos entrevistados); (iii) considera as oportunidades de trabalho regulares ou péssimas; (iv) pretende trabalhar como assalariada depois de formar-se (80% dos participantes). O trabalho de Sampaio (2000), mais recentemente, teve como objetivo mapear as redes de sociabilidade dos universitários. A autora selecionou cursos representativos de carreiras tidas como tradicionais, modernas e recentes. A pesquisa totalizou resultados relativos a 2.226 universitários matriculados no terceiro ano, distribuídos em três instituições de ensino superior públicas e dezessete privadas, que responderam a um questionário que tratava de diferentes aspectos da vida dos estudantes, tais como dados pessoais, dados socioeconômicos da família, se trabalhava ou não, questões relativas à escolha do curso e da instituição de ensino, opiniões sobre relacionamento com os colegas, entre outros.

3 As principais evidências da pesquisa aplicada

Partindo do modelo conceitual e das principais categorias de análise dele resultantes, planejamos a coleta de dados escolhendo instituições de Ensino Superior que pudessem representar a diversidade regional das universidades gaúchas. Depois de escolhidas as universidades, foram escolhidas três (3) áreas do conhecimento e, em cada uma delas, a seguir, de cinco a oito cursos de graduação para aplicarmos os questionários (com perguntas fechadas) aos universitários calouros presentes no dia letivo determinado. Os dados foram tratados com a utilização do software SPSS. Tendo em vista que a amostragem é não-probabilística, não podemos utilizar análises de regressão. Optamos por apresentar os dados como estatística descritiva e tabelas de contingência.

a uma primeira análise sobre as condições de funcionamento de todas as escolas de nível superior do estado de São Paulo no período entre 1940 e 1968.

⁷ Em razão de limitações da pesquisa aplicada, os autores consideraram somente os alunos presentes e não os alunos matriculados nas séries escolhidas, tendo em vista a dificuldade de contar com a frequência total das classes.

Os resultados foram obtidos pela pesquisa de campo com 2.269 universitários de nove universidades gaúchas: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Católica de Pelotas (UFPEL); Fundação Universidade do Rio Grande (FURG); Universidade de Caxias do Sul (UCS); Universidade de Passo Fundo (UPF); Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e Universidade Regional Integrada (URI-campus de Erechim).

Foram aplicados questionários no segundo semestre letivo de 2002 aos alunos matriculados no 1º ou 2º semestre em 42 cursos de graduação diferentes. Identificamos algumas *características gerais da amostra*, especialmente as variáveis de controle, como *idade, sexo, situação na unidade familiar, renda familiar, tipo de escola de primeiro e de segundo grau frequentada*. Em seguida, observamos algumas características relativas ao *processo de escolha em si*, especificamente sobre a questão da *incerteza e da prática profissional*. Para atender o objetivo do presente texto, tratamos apenas das características gerais dos universitários pesquisados e a percepção da futura atuação profissional.

3.1 *Características gerais dos universitários pesquisados*

A faixa etária dos universitários pesquisados no Estado do Rio Grande do Sul varia de 16 a 56 anos, com média de 21 anos e maiores frequências para 18 e 19 anos; 83,2% com idade entre 17 e 23 anos. As mulheres são maioria: 53,1% são do sexo feminino e 46,9% do sexo masculino. Alguns cursos apresentaram características um pouco diferenciadas, como é o caso dos cursos de engenharia, informática e agronomia, nos quais há uma predominância de universitários do sexo masculino ou dos cursos de enfermagem, letras, psicologia e serviço social, frequentado principalmente por universitários do sexo feminino.

Em termos gerais, podemos relacionar algumas evidências na amostra pesquisada, quais sejam:

- a) parcela significativa não recebe qualquer tipo de auxílio financeiro para estudar; uma pequena parcela dispõe de crédito educativo ou apoio da instituição em que trabalha;
- b) a maior parte dos universitários pesquisados depende economicamente da renda da família, a qual enquadra-se, predominantemente, nos estratos de rendas acima de cinco salários mínimos, com presença significativa nos estratos acima de 20 salários mínimos;
- c) quando controlamos essa distribuição para os universitários que frequentam universidades públicas e os universitários que frequentam as universidades privadas percebemos que há uma proporção ligeiramente superior de universitários provenientes de famílias de rendas mais elevadas nas IES públi-

- cas, assim como uma proporção ligeiramente superior de universitários provenientes de famílias com rendas mais baixas nas IES privadas. Essa tendência confirma a já discutida desigualdade de oportunidades quanto ao acesso ao ensino público brasileiro, norteadora das atuais políticas de cotas e os diferentes programas de financiamento para o ensino superior;
- d) há uma correlação expressiva entre o nível de escolarização do pai e o nível de escolarização da mãe;
 - e) é possível comprovar a associação entre alunos que cursaram o ensino de primeiro e de segundo graus públicos e a frequência em universidades privadas e os alunos que cursaram o ensino privado e a frequência em universidades públicas;
 - f) a maior parte dos universitários escolheu o curso que iria frequentar no último ano do ensino médio ou às vésperas do vestibular;
 - g) os alunos apresentam um baixo nível de informação sobre o curso que escolheram e sobre as possibilidades de atuação no futuro.

3.2 A (in)certa atuação profissional

Chamamos atenção ao fato de que o mercado de trabalho não é a única finalidade ou direcionamento do ensino superior, mas tem sido visto pela sociedade como a principal. Poderíamos afirmar que o ensino superior, a educação superior, está *para muito além do mercado de trabalho*, caso da produção do conhecimento. A realização pessoal pode estar em primeiro plano, fato observado nas respostas de 85,0% dos universitários gaúchos pesquisados, que consideram a realização pessoal como importante e muito importante, além do atendimento aos anseios dos pais (48,3%). Mas a relação com o mercado de trabalho, ou a possibilidade de ingresso, continua central: é importante e muito importante para 79,1% dos entrevistados. A possibilidade de ascensão financeira vem logo em seguida: muito importante e importante 71,2% deles. Esses resultados corroboram para a primeira hipótese do estudo.

No Tabela 1, apresentamos os dados relativos ao comportamento dos universitários pesquisados no que tange a sua imaginação futura, por meio das suas expectativas de atuação prática ou profissional.

Tabela 1 – Expectativas dos universitários pesquisados quanto à futura atuação profissional

Expectativa com relação à futura atuação profissional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Preocupado com o ingresso somente	381	17,1
Preocupado com o término e ingresso no mercado de trabalho	1.177	53,0
Imaginando um cenário de até 10 anos após a conclusão	212	9,5
Imaginando todo o período de idade ativa	452	20,3
Total	2.222	100,0

Fonte: primária.

Identificamos, por meio dos dados levantados, que a maior parte deles está preocupada com o término do curso e o ingresso no mercado de trabalho (70,1%), ainda que uma parte importante imaginou um período de tempo de até dez anos depois da conclusão do curso de graduação ou o período de idade ativa (29,8%). Tal constatação desafia os pressupostos básicos da teoria do capital humano, a qual considera o cálculo dos custos e benefícios de se investir no ensino superior com o horizonte de planejamento de todo o período de idade ativa do indivíduo. Buscamos associar a forma de trabalho na qual pretende colocar em prática a sua profissão futura e, ao mesmo tempo, avaliar o reflexo da condição atual desse estudante nessa expectativa (Tabela 2).

Identificamos que uma parcela significativa (30,3%) do total de universitários pesquisados imagina atuar futuramente como profissional liberal ou autônomo, seguida da modalidade empregado do setor privado (19,0%), de servidor público (19,1%), empresário (12,1%) e microempresário (5,4%); 14,2% declarou que não imaginou. Considerando a atual situação desses universitários no mercado de trabalho, percebemos que aqueles que somente estudam imaginaram-se, principalmente, enquanto profissionais liberais ou autônomos e uma proporção maior, em relação ao demais, não imaginou como atuar no futuro. A maior parte dos universitários que, no momento da pesquisa, desenvolvia atividades de iniciação científica (bolsista), espera trabalhar como empregado do setor privado ou profissional liberal ou autônomo.

Tabela 2 – Forma de trabalho em que os universitários pesquisados imaginam colocar em prática sua futura profissão, identificados pela atual situação no mercado de trabalho (frequência absoluta e relativa em percentual)

Forma de trabalho imaginada	só estuda	estudante e bolsista	trabalha e estuda	desempregado	Total
não imaginou	189 16,0%	3 7,9%	102 12,0%	10 12,7%	304 14,2%
profissional liberal ou autônomo	435 36,9%	6 15,8%	194 22,8%	15 19,0%	650 30,3%
microempresário	48 4,1%	2 5,3%	62 7,3%	4 5,1%	116 5,4%
empresário	127 10,8%	2 5,3%	122 14,4%	9 11,4%	260 12,1%
servidor público	177 15,0%	6 15,8%	201 23,6%	25 31,6%	409 19,1%
empregado do setor privado	203 17,2%	19 50,0%	169 19,9%	16 20,3%	407 19,0%
Total ⁸	1.179 100,0%	38 100,0%	850 100,0%	79 100,0%	2.146 100,0%

Fonte: dados da pesquisa própria.

⁸

Dentre os estudantes que trabalham e estudam, característica da maior parte dos universitários brasileiros, normalmente matriculada em instituições de ensino superior privadas e em cursos noturnos, observa-se uma tendência à busca do emprego nos setores público e privado, seguida pela atuação como profissional liberal ou autônomo, como empresário e como microempresário. Os universitários que declararam estar desempregados apresentaram uma tendência semelhante.

Como podemos notar, a busca do *emprego* ainda está bastante presente no imaginário dos universitários pesquisados. De outra parte, a informalidade, em seu sentido amplo, se faz presente, mesmo que de forma indireta, por meio da expectativa do trabalho como profissional liberal ou autônomo. A informalidade, aqui, diz respeito às diferentes pequenas organizações ou empresas individuais, que apresentam desvantagem no cenário competitivo atual. E, pela trajetória de escolhas e de informações buscadas, é de se esperar que esses futuros profissionais não (re)conhecem o cenário produtivo em que estarão ingressando.

Tabela 3 – Função imaginada pelos universitários pesquisados que esperam trabalhar como empregados no setor público e no setor privado (frequência absoluta e relativa %)

Função a desempenhar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
– não aplicável	20	1,7
– executiva	627	54,5
– supervisão	272	23,7
– técnica ou operacional	201	17,5
– intermediária ou auxiliar	30	2,6
Total	1.150	100,0

Fonte: primária.

Ao perguntarmos aos universitários que imaginaram trabalhar como empregados do setor público ou do setor privado a função que gostariam de desempenhar (Tabela 3), a maior parte dos universitários (54,5%) respondeu que imaginava atuar em função executiva; 23,7% de supervisão, 17,5% técnica ou operacional, 2,6% intermediária ou auxiliar, 1,7% não aplicável. Sabemos que, infelizmente, com a crescente oferta de trabalho qualificada, que caracteriza o mercado de trabalho primário, nem sempre tal expectativa poderá ser confirmada. Tanto o desemprego quanto à atuação em atividades não relacionadas com a formação superior (mercado secundário) têm sido evidenciados na literatura recente.

Cabe ressaltarmos que tais expectativas, sobretudo quando consideramos a atuação como profissionais liberais ou autônomos, vão ao encontro do perfil de atuação profissional que é inerente aos diferentes cursos de graduação frequentados pelos entrevistados. Contudo, percebemos que, ainda que o setor público tenha diminuído seu papel enquanto *empregador* nas últimas duas décadas no país, ainda é expressiva a expectativa dos estudantes em

relação a tal oportunidade de trabalho. Um dos motivos, inferimos, são as crescentes dificuldades no mercado de trabalho privado, e a relativa *proteção social* oferecida pelo setor público, agora em níveis salariais significativamente mais baixos.

Uma constatação importante, que serve como justificativa ao estreito horizonte de planejamento com relação à atuação profissional é o nível de informação disponível aos estudantes. A relação entre o nível de informação do universitário pesquisado sobre o curso que escolheu e a expectativa de atuação profissional futura no tempo (Tabela 4) permite que notemos que o nível de informação declarado pelos entrevistados é superficial (71,9%) o que implica numa preocupação de curto prazo, ou seja, com o término do curso que freqüente e o ingresso ou a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Tabela 4 – Relação observada entre o horizonte de planejamento em termos de atuação profissional e o nível de informação dos universitários pesquisados (freqüências absoluta e relativa em percentual)

Horizonte de Planejamento	totalmente desinformado	informado superficialmente	totalmente informado	Total
– Preocupado com o ingresso no curso somente	28 (1,3%)	284 (12,9%)	65 (3,0%)	377 (17,1%)
– Término e ingresso no mercado de trabalho	45 (2,0%)	843 (38,3%)	279 (12,7%)	1.167 (53,0%)
– Imaginando um cenário de até 10 anos após conclusão	7 (0,3%)	161 (7,3%)	42 (1,9%)	210 (9,5%)
– Imaginando todo o período de idade ativa	13 (0,6%)	296 (13,4%)	139 (6,3%)	448 (20,3%)
– Total	93 (4,2%)	1.584 (71,9%)	525 (23,8%)	2.202 (100,0%)

Fonte: primária.

De outra parte, o inexpressivo número de alunos que declarou estar totalmente informado revela que, de fato, o processo de tomada de decisão enquadra-se num contexto significativamente limitado e que o cálculo do custo/benefício previsto pela teoria do capital humano não tenha sido efetuado.

4 Os caminhos possíveis a seguir

As evidências empíricas relativas às variáveis de controle utilizadas na pesquisa permitiram a elaboração de um quadro particularizado sobre os universitários gaúchos, de diferentes instituições de ensino e de cursos superiores que em muito se assemelha à realidade dos universitários brasileiros. Nesse sentido, a dicotomia público-privada e os problemas financeiros da maior parte das famílias gaúchas foram confirmados. A questão que se

coloca é se, de fato, temos escolha quanto à trajetória a seguir. Ela não seria dada?

De outra parte, ao retomarmos os pressupostos básicos da teoria do capital humano, sobretudo no que diz respeito à possibilidade do indivíduo que investe em educação prever os possíveis “estado de mundo”, ou mesmo o cálculo do retorno obtido com tal investimento, percebemos que os dados levantados pelas declarações dos alunos estão muito distantes de tal suposição. Certamente dificilmente obteremos um padrão homogêneo de escolhas, daí o porque de identificar ou construir tipologias, mas a princípio a expectativa maior está em conseguir acessar o ensino superior.

No contexto de uma racionalidade limitada, as escolhas parecem míopes e desprovidas de informação. Os dados da pesquisa evidenciaram que os universitários ingressantes apresentaram expectativas de atuação profissional ainda tradicionais, com a manifestação da volta da importância do emprego privado e do público, o que confirma uma das hipóteses iniciais do estudo. Tal situação, quando confrontada com realidades certamente distintas abre espaço para o surgimento de frustrações, insatisfações e desencantamentos por parte dos sujeitos, trabalhadores e da própria sociedade. Tendo em vista que a maior parte dos universitários prevê sua atuação enquanto profissionais liberais ou autônomos, percebemos a importância de se aprofundar no estudo das características dessas atividades e sua relação com o mercado primário e secundário de trabalho, a formalidade e a informalidade de tais organizações e a formação no ensino superior.

Por fim, cabe aos integrantes do sistema de brasileiro de educação reavaliar políticas de formação nos níveis primário e médio de ensino de forma a preparar esses indivíduos no sentido pleno da educação, de capacidade cognitiva e informação, ampliando seus horizontes de continuidade no ensino superior, para além do próprio mercado de trabalho.

5 Referências

BECKER, Gary S. *El capital humano*. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1983.

———. *The economic approach to human behavior*. London: University Chicago Press, 1976.

———. *Accounting for tastes*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1996.

BERGER, Mark C. Predicted future earnings and choice of college major. *Industrial and Labor Relations Review*, v. 41, n. 3, p. 418-429, April 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Ensino Superior. *Estatísticas*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news02_03_tabela.htm>. Acesso em: 02 dez. 2004.

GENDRON, Bénédicte. A demand of education as a strategic demand in a context of job rationing and job scarcity: the analysis of further education after post-secondary vocational education in France. In: EUROPEAN CONFERENCE ON EDUCATIONAL RESEARCH 2000, Edinburgh, Sept. 2000.

- KATONA, George. *Psychological economics*. New York/Oxford/Amsterdam: Elsevier, 1976.
- LEHMAN, Yvette P. L. *Não sei que profissão escolher*. São Paulo: Moderna, 1999.
- LEWIS, Alan; WEBLEY, Alan; FURNHAM, Adrian. *The new economic mind: the social psychology of economic behaviour*. London: Harvester Wheatsheaf, 1995.
- MACFADYEN, Alan J., MACFADYEN, Heather W. Other concepts in economic psychology. In: ———; ———. (eds.). *Economic Psychology: Intersections in theory and application*. North-Holland: Elsevier Science Publishers B. V., 1986. p. 441-495.
- MACNABB, R. Labour market theories and education. In: PSACHAROPOULOS, G. (Org.). *Economics of education – Research and studies*. [s.l.]: Pergamon Press, 1987. p. 157-163.
- MAITAL, Sharone L.; MAITAL, Shlomo. Economics and psychology: an overview. In: MAITAL, S.; MAITAL, S. L. (Eds.). *Economics and psychology*. England; USA: Edward Elgar, 1993. p. 3-35.
- MORETTO, Cleide F. As Múltiplas faces da informalidade. In: TEDESCO, João C.; CAMPOS, Ginez L. R. (Org.). *Economia solidária e reestruturação produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho atual*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001, p.99-124.
- . *Ensino superior, escolha e racionalidade: os processos de decisão dos universitários do município de São Paulo*. 2003. Tese (Doutorado em Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2003.
- ONO, Hiroshi. *Who goes to college?* Features of institutional tracking in japanese higher education. The European Institute of Japanese Studies, Stockholm: June 2000 (Working Paper n. 95).
- PASTORE, José; PEROSA, Gilda G. *O estudante universitário em São Paulo*. São Paulo: IPE/USP, 1971.
- ROCHAT, Denis; DEMEULEMEESTER, Jean-Luc. Rational choice under unequal constraints: the example of belgian higher education. *Economics of Education Review*, n. 20, 2001. p. 15-26.
- SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SOARES, Dulce H. P. *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus, 2002.
- STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES – SSPS. Versão 10.0. SSPS Inc., 1999. 1 CD-ROM.
- TOMMASI, Mariano; IERULLI, Kathryn (Eds.). *The new economics of human behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The framing of decisions and the psychology of choice. In: ELSTER, Jon (Ed.). *Rational choice*. New York: New York University Press, 1986, p. 123-141.
- VAN RAAIJ, W. Fred. Economic phenomena from a psychological perspective: economic psychology. In: MACFADYEN, Alan J.; MACFADYEN, Heather W. (Eds.). *Economic psychology: intersections in theory and application*. North-Holland: Elsevier Science Publishers B. V., 1986. p. 9-23.